

Nº. 06/2020____ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZANOVE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E VINTE. _____

____No dia dezanove de março do ano dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Matos Cunha, com a presença dos Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Costa Mendes, Célia Cristina Maia Menezes e Castro, Sofia Manuela Cadeias Machado Fernandes, José Manuel Leitão dos Santos, Leonel Agostinho Azevedo Rocha, Juliana Vicente Santos, Mário Sousa Passos, José Pedro Carvalho de Macedo Ferreira Sena e Alfredo Augusto Morais Lima. _____

____Os Senhores Vereadores Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá e Vítor Torres Pereira, eleitos pela lista do Partido Socialista, não estiveram presentes na reunião, tendo comunicado, atempadamente, essa impossibilidade, sendo o senhor Vereador Nuno Sá substituído na hora, pela candidata a seguir na respetiva lista do Partido Socialista, Juliana Vicente Santos. _____

____O executivo municipal justificou as respetivas ausências. _____

____Eram dez horas e trinta e cinco minutos quando pelo senhor Presidente foi declarada aberta a reunião. _____

-ANTES DA ORDEM DO DIA:_____

-DADA A NECESSIDADE URGENTE DE APRECIÇÃO E VOTAÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA, DAS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SUBMETEU A VOTAÇÃO A ADMISSIBILIDADE DAS MESMAS: _____

1 - “Voto de Congratulação - Atletas da Associação Apolo Famalicão conquistam títulos de Vice-campeãs Nacionais de Dança Desportiva”. _____

2 - “Votos de Louvor e de Congratulação - Atletas da Academia Gindança conquistam títulos de Campeões e de Vice-campeões Nacionais de Dança Desportiva” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, RECONHECER O CARÁCTER DE URGÊNCIA E ADMITIR A INCLUSÃO DAS REFERIDAS PROPOSTAS, NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA.** _____

INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO: _____

A SENHORA VEREADORA CÉLIA MENEZES - solicitou a intervenção para apresentar uma mensagem alusiva ao dia do pai que se passa a transcrever: _____

“Nestes últimos dias, vivemos momentos de agonia e de grandes preocupações, contudo não poderíamos deixar passar esta data em branco. _____

Neste dia, 19 de março, dedicado ao Pai, os Vereadores do Partido Socialista dirigem uma saudação especial e uma palavra gratidão a todos os pais e, em especial aos pais do nosso concelho. _____

Nos tempos atuais, a missão de educar, acompanhar, cuidar é uma missão muito exigente. Porém, quando os filhos e as filhas frutificam os valores recebidos no ambiente familiar a alegria brota e faz esquecer todo o cansaço, supera toda a incompreensão e cura todas as feridas. _____

A presença de um pai é muito importante nos momentos marcantes e inaugurais dos primeiros passos. _____

O expectável era que todos os filhos e filhas experimentassem a presença afetiva do pai, nesta e em tantas outras situações de viragem, bem como poderem partilhar com ele e com ela sorrisos e lágrimas, sentindo-o próximo todos os dias! _____

Como dizia José Saramago, _____

“Filho é um ser que nos emprestaram para um curso intensivo de como amar alguém além de nós mesmos...De como mudar nossos piores defeitos para darmos os melhores exemplos...E de aprendermos a ter coragem, ser Pai ou Mãe é o maior ato de coragem de alguém possa ter, porque é expor a todo o tipo de dor, principalmente da incerteza de estar agindo corretamente, e do medo de perder algo “tão amado”. _____

Um bem-haja a todos os Pais!” _____

A SENHORA VEREADORA JULIANA SANTOS – solicitou igualmente intervenção para expor algumas situações que a Câmara Municipal devia adotar nestes tempos de contingência devido ao Covid-19 e colocou, também, algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara: _____

“Vivemos em tempos difíceis e por isso temos de adotar medidas excecionais. _____

Os famalicenses não vivem numa democracia acéfala nem consideram que o aparelho burocrático da câmara trabalhe sem rosto e sem responsabilidade. Daí exigirem a este mesmo órgão medidas de prevenção para esta pandemia. _____

Este problema não é partidário é de todos e o Partido Socialista está desde o início disponível para contribuir com o município na defesa de toda a comunidade Famalicense contra o Covid-19 e temos algumas sugestões: _____

- Suspensão, por 3 meses, da cobrança de rendas e concessões camarárias; _____

- Criação de equipas de distribuição de bens alimentares essenciais e de medicamentos a pessoas e/ou famílias com dificuldades de mobilidade, devidamente identificadas; _____

- Redução (até 50%) do valor do IMI; _____

- Redução, por um período de 3 meses de, pelo menos, 35% na fatura da água para uso doméstico, isenção desse pagamento por igual período de tempo aos munícipes com tarifas sociais, e de, pelo menos, 20% para as empresas; _____
- Aumento do fundo de emergência social, destinado ao pagamento de rendas, medicamentos e equipamentos de Saúde; _____
- Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho; _____
- Apoio ao Centro Hospitalar do Médio Ave, como forma de contribuir para a eficiência e a eficácia da sua missão. _____

Questões: _____

1ª - No que diz respeito à Proteção Civil, a Câmara está preparada para dar uma resposta caso exista um surto em grande escala no concelho? _____

2ª - As associações do concelho, juntamente com a Cruz Vermelha garantem total capacidade de resposta a estas situações? _____

3ª - Que alternativas existem, como centros de triagem e possível diagnóstico, de forma a que a urgência não entre a rutura? _____

4ª - Vai haver apoio aos corpos de bombeiros? _____

5ª - Que medidas é que este executivo vai adotar para a manutenção das empresas e evitar despedimentos? _____

relativamente à questão social esclareceu que a Câmara Municipal tem uma rede montada onde o Município funciona como charneira com grande capacidade de resposta, acrescentando para informar que no dia de ontem teve ocorrido uma reunião conjunta com os parceiros (associações e Juntas de Freguesia) para articular medidas e garantia dos cuidados a adotar. _____

Acrescentou ainda que aguarda por parte do Governo da República novas medidas, sendo muitos os meios que dispõe e que, por sua vez, são poucos os meios que o Município tem.

Esclareceu ainda que está convicto que a Proteção Civil está dotada de capacidade para dar uma resposta adequada e o que dependerá da Câmara tudo será feito de forma preventiva e dissuasora no combate à pandemia. _____

Quanto a medidas concretas referiu que a Câmara Municipal está a ponderar um conjunto de medidas, no entanto está a aguardar pela concretização das medidas nacionais para atuar em conformidade. _____

O SENHOR VEREADOR RICARDO MENDES - solicitou também a intervenção para, em complemento da intervenção do Sr. Presidente, esclarecer que a Câmara Municipal criou equipas de trabalho em articulação com a Proteção Civil, Associações e Hospital adotar medidas adequadas, tendo a Câmara Municipal disponibilizado já dois contentores de apoio ao Hospital para uma primeira intervenção. _____

Acrescentou ainda que o papel do Vereador da Saúde Pública tem sido dificultado na sua ação dado que a partir da declaração de pandemia a informação tem circulado a “contagotas”. A declaração de estado de emergência, frisou, é apenas uma ferramenta, espera que o Governo adote medidas concretas e assertivas, não basta recomendações e a Câmara Municipal agiu com medidas concretas. _____

A SENHORA VEREADORA JULIANA - pediu novamente a intervenção para referir que há medidas que a Câmara Municipal já pode fazer e não tem que esperar pelas medidas do Governo. _____

O SENHOR VEREADOR RICARDO MENDES - retorqui que as medidas adotadas pela Câmara Municipal foram muito concretas na prevenção. _____

A SENHORA VEREADORA CÉLIA MENEZES - solicitou a intervenção para informar que apresentará um voto de recomendação sobre a proteção das vítimas de violência doméstica que a seguir se transcreve: _____

“Nestes momentos únicos e difíceis que vivemos e neste contexto social, em que temos de ficar em casa para evitar a propagação da COVID-19, os problemas do quotidiano não desaparecem, alguns podem até agravar-se, como é o caso das situações da violência doméstica e as situações de crianças e jovens em risco. É importante que as vítimas saibam que não estão sozinhas e abandonadas, e que podem continuar a pedir apoio às forças de segurança e aos serviços de apoio e proteção das vítimas, através das linhas telefónicas que colocamos em baixo. _____

APAV - 116 006 _____

Linha verde da CIG - 800 202 148 _____

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) - 300 509 717 _____

CPCJ Vila Nova de Famalicão - 252 317 937 _____

Gabinete de Apoio à Vítima - e-mail: família@vilnovadefamalicao.org _____

conselheira@vilnovadefamalicao.org _____

Apelamos ao sentido de responsabilidade coletiva e, particularmente, às redes de vizinhança e de solidariedade de todas e todos para denunciar situações concretas, acionando as forças de segurança sempre que necessário. Neste momento, que nos convoca a todos e todas, temos um dever acrescido de cidadania ativa para proteger e apoiar quem necessita. _____

Apelamos ao Senhor Presidente da Câmara que intensifique as medidas emanadas no Plano Municipal de Igualdade, em especial no que se refere ao eixo da prevenção da violência doméstica, disseminando o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. _____

O sentido de responsabilidade coletiva de cada uma e de cada um de nós é a chave para vencermos esta batalha.” _____

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - acrescentou que a Câmara Municipal tem uma retaguarda social a funcionar, competindo às forças de segurança, em todo o caso, adotar as medidas necessárias. _____

O SENHOR VER AUGUSTO LIMA - relativamente às medidas concretas para o setor empresarial informou que ainda hoje sairá um infomail dirigido às empresas para orientar e aconselhar a adoção de medidas, contactos (telefone e e-mail) para apoio. _____

Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à apreciação dos assuntos da ordem do dia. _____

-NÃO HAVENDO MAIS INTERVENÇÕES, PASSOU-SE, DE IMEDIATO, À APRECIÇÃO DOS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: _____

ORDEM DO DIA: _____

PRESIDÊNCIA: _____

1 - “APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO DIA 05 DE MARÇO DE 2020” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Submetida a aprovação, a ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 5 de março de 2020, cuja leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido previamente distribuídos. _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR.** _____

2 - “VOTO DE CONGRATULAÇÃO - ATLETAS DA ASSOCIAÇÃO APOLO FAMALICÃO CONQUISTAM TÍTULOS DE VICE-CAMPEÃS NACIONAIS DE DANÇA DESPORTIVA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Três atletas famalicenses da Associação Apolo Famalicão conquistaram os seguintes títulos de Vice-campeãs Nacionais de Dança Desportiva, no Campeonato Nacional das 10 Danças e Campeonato Nacional de Grupos e Solos, que decorreu em Lisboa, no dia 1 de março: _____

- Inês Silva: Vice-campeã Nacional em Latinas 1, em Júnior Intermédios; _____

- Alice Cardoso: Vice-campeã Nacional em Latinas 2, em Júnior Open; _____

- Inês Tavares: Vice-campeã Nacional em Latinas 1, em Júnior Open. _____

Mais um grande sucesso para a Associação Apolo Famalicão no Nacional de Dança Desportiva, que é responsável por um notório crescimento da modalidade, fruto do trabalho que tem desenvolvido nos escalões de formação nos últimos anos. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Congratulação pela sagração de: _____

- Inês Silva como Vice-campeã Nacional em Latinas 1, em Júnior Intermédios; _____

- Alice Cardoso como Vice-campeã Nacional em Latinas 2, em Júnior Open; _____

- Inês Tavares como Vice-campeã Nacional em Latinas 1, em Júnior Open. _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Congratulação à Associação e Federação que representam.” _____

**_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE
CONGRATULAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. _____
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE
2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____**

3 - “VOTOS DE LOUVOR E DE CONGRATULAÇÃO - ATLETAS DA ACADEMIA
GINDANÇA CONQUISTAM TÍTULOS DE CAMPEÕES E DE VICE-CAMPEÕES
NACIONAIS DE DANÇA DESPORTIVA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Os atletas famalicenses da Academia Gindança conquistaram os seguintes títulos no
Campeonato Nacional das 10 Danças e Campeonato Nacional de Grupos e Solos, que
decorreu em Lisboa, no dia 1 de março: _____

Eduardo Azevedo/Rita Silva: Campeões Nacionais em Júniores 2 Iniciados; _____

Sérgio Costa/Rita Almeida: Campeões Nacionais em Profissionais. _____

Tomás Gomes/Gabriela Teixeira, Vice-campeões em Júniores 1 Open; _____

Pedro Castro/Matilde Costa, Vice-campeões em Júniores 2 Iniciados; _____

Filipe Gomes/Lara Batista, Vice-campeões em Juventude Open e Sub 21; _____

Irene Pereira, Vice-campeã Nacional a Solo, em Juventude iniciados Latinas. _____

Mais um grande sucesso para a Academia Famalicense Gindança no Nacional de Dança
Desportiva, que é responsável por um notório crescimento da modalidade, fruto do
trabalho que tem desenvolvido nos escalões de formação nos últimos anos. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que
contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no
âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal
delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor pela sagração de: _____

- Eduardo Azevedo/Rita Silva como Campeões Nacionais em Júniores 2 Iniciados; _____

- Sérgio Costa/Rita Almeida como Campeões Nacionais em Profissionais. _____

2. Aprovar o Voto de Congratulação pela sagração de: _____

- Tomás Gomes/Gabriela Teixeira, Vice-campeões em Júniores 1 Open; _____

- Pedro Castro/Matilde Costa, Vice-campeões em Júniores 2 Iniciados; _____

- Filipe Gomes/Lara Batista, Vice-campeões em Juventude Open e Sub 21; _____

- Irene Pereira, Vice-campeã Nacional a Solo, em Juventude iniciados Latinas. _____

3. Dar conhecimento dos presentes Votos à Associação e Federação que representam.”

**_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE LOUVOR
E DE CONGRATULAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE
2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____**

4 - “VOTO DE CONGRATULAÇÃO A ANA MOREIRA E JOSÉ SIMÕES: VICE-
CAMPEÕES NACIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE BTT (XCO)” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Os jovens atletas famalicenses Ana Moreira, em representação da Universidade Lusíada do Norte, e José Simões, em representação da Universidade do Porto, sagraram-se Vice-Campeões Nacionais Universitários de BTT, na vertente de XCO, no Campeonato Nacional Universitário de XCO, que se realizou em Melgaço, no dia 1 de março. _____

Trata-se de mais dois atletas famalicenses que têm prestado um contributo relevante para a projeção do nosso concelho no domínio do desporto, nomeadamente na modalidade de

ciclismo, o qual constitui uma via privilegiada para a promoção de estilos de vida saudáveis e a formação integral das novas gerações. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Congratulação pela sagração de: _____

- Ana Moreira como Vice-campeã Nacional Universitária de BTT (XCO); _____

- José Simões como Vice-campeão Nacional Universitário de BTT (XCO). _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Congratulação às respetivas Universidades, ao Clube que representam e à FADU - Federação Académica do Desporto Universitário.”

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE CONGRATULAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EQ BEI - LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - REABILITAÇÃO E MOBILIDADE” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Despacho nº 6200/2018, publicado no DR, 2.ª Série, nº 121 de 26 de junho, declara a celebração de um Empréstimo Quadro (EQ) entre Portugal e o Banco Europeu do investimento (BEI) que “se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL),

designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.”; _____

Considerando que através do Despacho 6323-A/2018, publicado no DR, 2.ª Série nº 123 de 28 de junho foi publicado o “Regulamento de Implementação da Linha BEI PT 2020 - Autarquias” de apoio e financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento aprovadas no âmbito do Portugal 2020, promovidas pelas autarquias locais e suas associações, entidades intermunicipais e empresas do setor local, com o objetivo de acelerar o investimento da execução dos fundos da União Europeia destinados à Política de Coesão; _____

Considerando que a operação “Espaços Públicos da Área Central da Cidade - Reabilitação”, registada sob o n.º NORTE-05-2316-FEDER-000162, foi aprovada em 21 de maio de 2019; _____

Considerando que a operação “Espaços Públicos da Área Central da Cidade - Mobilidade”, registada sob o n.º NORTE-05-1406-FEDER-000188, foi aprovada em 09 de janeiro de 2020; _____

Considerando que nos termos do nº 1 do artigo 5.º do referido Regulamento o referenciado financiamento reveste a forma de financiamento reembolsável, através de Empréstimo a contratar com o Estado através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C);

Considerando que o financiamento “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” é um Empréstimo a médio e longo prazo (15 anos); _____

Estas candidaturas à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” vão permitir o acesso dos municípios a empréstimos do BEI em condições muito favoráveis, considerando as taxas praticadas pela banca comercial. _____

Considerando que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a apresentação dos pedidos de financiamento à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias”, mediante a submissão das candidaturas através do Balcão 2020, por um prazo de 15 anos e com um período de carência de 2 anos, na modalidade de taxa de juro variável, para financiamento da contrapartida nacional referente às operações “NORTE-05-2316-FEDER-000162 - Espaços Públicos da Área Central da Cidade - Reabilitação”, e “NORTE-05-1406-FEDER-000188 - Espaços Públicos da Área Central da Cidade – Mobilidade”, aprovadas pelo Norte 2020. _____

2. Autorizar que a modalidade de garantia a constituir a favor do Estado para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros decorrentes do

financiamento EQ BEI - PT 2020, caso seja aprovado, seja a “retenção de transferências do Orçamento do Estado”.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EQ BEI - LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - INTERFACE 2 - ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS”

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Despacho nº 6200/2018, publicado no DR, 2.ª Série, nº 121 de 26 de junho, declara a celebração de um Empréstimo Quadro (EQ) entre Portugal e o Banco Europeu do investimento (BEI) que “se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.”; _____

Considerando que através do Despacho 6323-A/2018, publicado no DR, 2.ª Série nº 123 de 28 de junho foi publicado o “Regulamento de Implementação da Linha BEI PT 2020 - Autarquias” de apoio e financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento aprovadas no âmbito do Portugal 2020, promovidas pelas autarquias locais e suas associações, entidades intermunicipais e empresas do setor local, com o objetivo

de acelerar o investimento da execução dos fundos da União Europeia destinados à Política de Coesão; _____

Considerando que a operação “Interface 2 - Estação Rodoviária de Passageiros”, registada sob o n.º NORTE-05-1406-FEDER-000187, foi aprovada em 31 de janeiro de 2019; ____

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do referido Regulamento o referenciado financiamento reveste a forma de financiamento reembolsável, através de Empréstimo a contratar com o Estado através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C);

Considerando que o financiamento “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” é um Empréstimo a médio e longo prazo (15 anos); _____

Estas candidaturas à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” vão permitir o acesso dos municípios a empréstimos do BEI em condições muito favoráveis, considerando as taxas praticadas pela banca comercial. _____

Considerando que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos

vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a apresentação do pedido de financiamento à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias”, mediante a submissão da candidatura através do Balcão 2020, por um prazo de 15 anos e com um período de carência de 2 anos, na modalidade de taxa de juro variável, para financiamento da contrapartida nacional referente à operação “NORTE-05-1406-FEDER-000187 - Interface 2 - Estação Rodoviária de Passageiros”, aprovada pelo Norte 2020. _____

2. Autorizar que a modalidade de garantia a constituir a favor do Estado para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros decorrentes do financiamento EQ BEI - PT 2020, caso seja aprovado, seja a “retenção de transferências do Orçamento do Estado”. ” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

7 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de

cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Proceder à contração de um empréstimo de médio longo prazo até ao montante de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros), por um período de 20 anos, junto da instituição financeira que ofereça melhores condições de financiamento, para o investimento constante do quadro anexo à proposta.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

8 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Proceder à contração de um empréstimo de médio longo prazo até ao montante de 1.350.000,00€ (um milhão trezentos e cinquenta mil euros), por um período de 20 anos, junto da instituição financeira que ofereça melhores condições de financiamento, para os investimentos constantes do quadro anexo à proposta.” _____

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

9 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - BENEFICIAÇÃO REDE VIÁRIA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Proceder à contração de um empréstimo de médio longo prazo até ao montante de 600.000,00€ (seiscentos mil euros), por um período de 15 anos, junto da instituição

financeira que ofereça melhores condições de financiamento, para os investimentos constantes do quadro anexo à proposta.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

SOLIDARIEDADE SOCIAL: _____

1 - “APOIO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARINHA DE GONDIFELOS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão tem como desígnios estratégicos da sua atuação a melhoria da qualidade de vida das populações e o crescimento equilibrado e harmonioso do território concelhio. _____

Neste sentido, assume particular importância promover a coesão territorial a nível concelhio, desenvolvendo os equipamentos de utilização coletiva que desempenhem um papel estratégico na organização do espaço e na elevação dos padrões de bem-estar das pessoas. _____

O financiamento municipal na construção, valorização e reabilitação de equipamentos religiosos constitui uma condição relevante para aprofundar os padrões de coesão territorial, devido ao papel valioso que desempenham na vivência espiritual e social das populações. _____

A Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Gondifelos tem desempenhado um trabalho valioso na promoção do bem-estar das populações da freguesia em questão, assim como das limítrofes. _____

A Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Gondifelos, dado o desgaste natural do edificado, sentiu necessidade de realizar obras de requalificação do edifício exterior da Igreja Paroquial e Capela de Santa Maria Madalena, cujo orçamento é de 33.000,00€ (trinta e três mil euros), mais IVA. Neste sentido, a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Gondifelos, para fazer face às dificuldades financeiras sentidas, solicitou o apoio financeiro do Município. _____

Considerando o papel fundamental desempenhado pela instituição na promoção da coesão e do desenvolvimento social e humano daquela freguesia. _____

Nos termos das alíneas o) e v) do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades ou organismos legalmente existentes, com vista à realização de obras com interesse municipal, bem como prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. _____

Nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, a Câmara Municipal pode deliberar atribuir um apoio financeiro às entidades e organismos que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação das suas instalações. _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere conceder à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Gondifelos, pessoa coletiva nº 501 375 600, um apoio financeiro no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), para comparticipar as obras de requalificação da igreja Paroquial e Capela de Santa Maria Madalena; _____

2 - Que o apoio financeiro seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, mediante informação escrita a prestar pelos competentes serviços a informar da boa execução das obras e a formalização do respetivo protocolo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

3 - Aprovar a minuta do protocolo em anexo à proposta; _____

4 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido protocolo à instituição atrás mencionada.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1296/2019, efetuados com base no cabimento nº 1801/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APOIO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MARTINHO DE CAVALÕES” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão tem como desígnios estratégicos da sua atuação a melhoria da qualidade de vida das populações e o crescimento equilibrado e harmonioso do território concelhio. _____

Neste sentido, assume particular importância promover a coesão territorial a nível concelhio, desenvolvendo os equipamentos de utilização coletiva que desempenhem um

papel estratégico na organização do espaço e na elevação dos padrões de bem-estar das pessoas. _____

O financiamento municipal na construção, valorização e reabilitação de equipamentos religiosos constitui uma condição relevante para aprofundar os padrões de coesão territorial, devido ao papel valioso que desempenham na vivência espiritual e social das populações. _____

A Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Cavalões tem desempenhado um trabalho valioso na promoção do bem-estar das populações da freguesia em questão, assim como das limítrofes. _____

A Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Cavalões, dado o desgaste natural do edificado, sentiu necessidade de realizar obras de reabilitação da Igreja Paroquial e da Capela de São Gonçalo. Apesar do envolvimento e colaboração da comunidade para angariação de fundos, torna-se difícil fazer face ao custo das obras, cujo orçamento é de 34.000,00€ (trinta e quatro mil euros), mais IVA. Assim sendo, a Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Cavalões, para fazer face às dificuldades sentidas, solicitou o apoio financeiro do Município. _____

Considerando o papel fundamental desempenhado pela instituição na promoção da coesão e do desenvolvimento social e humano daquela freguesia. _____

Nos termos das alíneas o) e v) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades ou organismos legalmente existentes, com vista à realização de obras com interesse municipal, bem como prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. _____

Nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, a Câmara Municipal pode deliberar atribuir um apoio financeiro

às entidades e organismos que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação das suas instalações. _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere conceder à Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Cavalões, pessoa coletiva nº 501 340 289, um apoio financeiro no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), para comparticipar as obras de reabilitação da Igreja Paroquial e Capela de São Gonçalo. _____

2 - Que o apoio financeiro seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, mediante informação escrita a prestar pelos competentes serviços a informar da boa execução das obras e a formalização do respetivo protocolo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

3 - Aprovar a minuta do protocolo em anexo à proposta; _____

4 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido protocolo à instituição atrás mencionada.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1310/2019, efetuados com base no cabimento nº 1803/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DE CALENDÁRIO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“A Câmara Municipal tem como um dos seus principais objetivos a promoção da qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis da nossa comunidade, em parceria com as organizações sem fins lucrativos. _____

O Município considera o investimento na modernização da rede de equipamentos sociais uma dimensão estratégica de desenvolvimento local, contribuindo para fazer de Vila Nova de Famalicão um concelho mais coeso, justo e solidário. _____

Neste contexto, o apoio do Município à modernização da rede de equipamentos sociais assenta em dois princípios fundamentais: assegurar a cobertura ordenada do território concelhio por equipamentos sociais, de modo a corrigir as assimetrias ao nível da distribuição espacial de respostas sociais a nível local; valorizar o papel das instituições particulares de solidariedade social e outros agentes locais na promoção do desenvolvimento social. _____

O Centro Social de Calendário sentiu necessidade de realizar obras de requalificação do Centro Social e criação de uma nova sala de creche face à necessidade crescente de procura de lugares desta valência na freguesia, e uma vez que a instituição não dispõe de meios financeiros suficientes para fazer face à despesa das referidas obras, cujo orçamento é de 75.607,35€ (setenta e cinco mil seiscientos e sete euros e trinta e cinco cêntimos), mais IVA, solicitou, desta forma, a colaboração financeira do Município. ____

O Centro Social de Calendário é uma entidade pertencente à rede solidária do concelho de Vila Nova de Famalicão e com um forte dinamismo no que concerne à intervenção social e desenvolvimento local. _____

Considerando o papel fundamental desempenhado pela instituição na promoção da coesão e do desenvolvimento social e humano daquela freguesia. _____

Nos termos das alíneas o) e v) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas

de apoio a entidades ou organismos legalmente existentes, com vista à realização de obras com interesse municipal, bem como prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. _____

Nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, a Câmara Municipal pode deliberar atribuir um apoio financeiro às entidades e organismos que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação das suas instalações. _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere conceder ao Centro Social de Calendário, pessoa coletiva nº 501 276 157, um apoio financeiro no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), como comparticipação das obras de requalificação e criação de uma nova sala de creche;

2 - Que o apoio financeiro seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, mediante informação escrita a prestar pelos competentes serviços a informar da boa execução das obras e a formalização do respetivo protocolo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

3 - Aprovar a minuta do protocolo em anexo à proposta; _____

4 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido protocolo à instituição atrás mencionada.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1295/2019, efetuados com base no cabimento nº 1805/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

ORD. E GESTÃO URBANÍSTICA: _____

1 - “NORMAS PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, LEGALIZAÇÃO OU DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS SUJEITAS A CONTROLO PRÉVIO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Em 15 de abril de 2019, foi publicado o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Vila Nova de Famalicão, o qual após ter sido aprovado pelos órgãos competentes, foi publicado no Diário da República, na 2.ª Série, n.º 74, através do Aviso n.º 6826/2019; _____

Nos artigos 52.º, 53.º, 54.º e 55.º do referido diploma, é especificado como devem ser instruídos os procedimentos a apresentar na Câmara Municipal, referentes a pedidos de informação prévia, legalização ou de realização de operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia, licença ou autorização; _____

Com o objetivo principal da prestação de um serviço público de excelência, conseguido através da inovação tecnológica, qualificação dos recursos e reforços da sustentabilidade, eficiência, transparência e racionalização de serviços, foi necessário implementar uma nova plataforma de desmaterialização de processos urbanísticos; _____

Assim, a partir de 7 de maio de 2020, entrará em funcionamento uma nova aplicação informática que permitirá a entrega exclusiva de processos em formato digital, efetuar uma análise técnica certificada dos processos e garantir a integridade e segurança dos documentos, associadas à assinatura digital; _____

Tendo em consideração a entrada em funcionamento da mencionada aplicação informática, é necessário adaptar as normas para apresentação dos processos urbanísticos na Câmara Municipal a essa nova aplicação informática; _____

Considerando, por fim, que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação os pedidos de informação prévia, legalização ou a realização de operações urbanísticas sujeitas a procedimento de comunicação prévia, licença ou autorização, obedecem ao disposto no RJUE e são instruídos com os elementos legalmente exigidos por diploma próprio, e de acordo com as normas de instrução dos procedimentos aprovados pela Câmara Municipal. _____

Tenho a honra de propor que: _____

1 - A Câmara Municipal delibere aprovar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 52.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, as normas de instrução de pedidos de informação prévia, legalização ou de realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, as quais constam do documento que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta que por brevidade aqui se dá por integralmente reproduzido e que se identificam da seguinte forma: _____

1.1 Anexo I - Normas de Instrução de pedidos de informação prévia, legalização ou de realização de operações urbanísticas _____

1.2 Anexo II - Normas para a apresentação dos levantamentos topográficos e plantas de implantação georreferenciados em formato digital _____

2 - Consequentemente, delibere ainda que a aplicação destas normas de instrução substitui as previstas nos artigos 53.º, 54.º e 55.º, todos do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação. _____

3 - Que a Câmara Municipal delibere que as referidas normas de instrução, entrem em vigor no dia 7 de maio de 2020, promovendo para o efeito a sua prévia divulgação por

editais a afixar nos locais de estilo, incluindo órgãos de comunicação social, e publicitação no sítio eletrónico do Município.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ *-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR IMPEDIMENTO LEGAL.* _____

_____ *-ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VICE-PRESIDENTE RICARDO MENDES.* _____

_____ **JURÍDICO:** _____

1 - “DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA FUNDAÇÃO CASTRO ALVES” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Fundação Castro Alves, instituição de reconhecido mérito, irá proceder à alteração dos seus Estatutos, no que respeita à composição dos seus órgãos sociais; _____

De acordo com a alteração proposta, que será submetida à próxima Assembleia Geral, a Câmara Municipal ao invés de integrar o Conselho Administrativo passará a integrar o seu Conselho Fiscal, assumindo a presidência deste órgão; _____

Face a esta proposta de alteração dos Estatutos e o convite formulado para que a Câmara Municipal designe o representante do Município no futuro Conselho Fiscal, que exercerá funções no triénio de 2020 a 2022, no cargo de Presidente; _____

Nos termos da alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal designar o representante do Município na assembleia geral das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o Município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere designar o representante do Município no Conselho Fiscal da Fundação Castro Alves, o Presidente da Câmara Municipal, para exercer funções de Presidente, no triénio 2020 a 2022, ao abrigo dos novos Estatutos que venham a ser aprovados. _____

2 - Mais delibere que, nos termos legal e estatutariamente permitidos, o representante do Município agora designado, em caso de impedimento, se possa fazer substituir por outro eleito local. _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

2 - “APROVAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. _____

Nos termos do estabelecido no seu artigo 19.º, as entidades públicas abrangidas pelo diploma devem aprovar códigos de conduta, a publicar no Diário da República e nos respetivos sítios na internet, para desenvolvimento, entre outras, das matérias relativas a ofertas institucionais e hospitalidade. _____

Os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da justiça e da imparcialidade, constituem a matriz na atuação da Administração Pública. _____

Ao Município cabe a responsabilidade de assegurar a observância e o cumprimento de tais princípios, de forma a incentivar a criação de um clima de confiança entre a Administração Pública e todas as partes interessadas e, a final, a salvaguarda da integridade, valores éticos e garantia dos direitos dos cidadãos. _____

O Município de Vila Nova de Famalicão com a presente proposta de Código de Conduta, pretende assegurar a criação de um instrumento de autorregulação e de compromisso de orientação, estabelecendo-se os princípios e critérios orientadores que nesta matéria devem presidir ao exercício de funções públicas. _____

No exercício da competência que lhe é conferida pelas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à câmara municipal aprovar regulamentos internos. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Código de Conduta da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cujo conteúdo integral se encontra em anexo à presente proposta, e que por brevidade aqui se dá por integral reproduzido; _____

2. Mais delibere que seja o mesmo publicado no Diário da República, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º da Lei 52/2019, de 31 de julho e publicitado no sítio eletrónico do Município.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

PATRIMÓNIO: _____

1 - “ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 542,00M2, DESIGNADA POR LOTE 10, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/2001, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, DESTE CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município é proprietário da parcela de terreno com a área de 542,00 m2, designada por lote 10, abrangida pelo Alvará de Loteamento n.º 11/2001, sita na Rua de Miradouro, da freguesia de Gondifelos, Cavalões e Outiz, deste concelho, descrita na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 2001 – Gondifelos, e inscrita na matriz sob o artigo P2655 urbano; _____

Esta parcela de terreno adveio à sua posse e propriedade por desafetação do domínio público e integração no domínio privado (ambos do Município), após desafetação do seu domínio público para o domínio privado, conforme deliberações da Câmara Municipal de 05 de dezembro de 2012 e da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2013, e cumpridos que foram todos os trâmites legais atinentes ao procedimento urbanístico de alteração da operação de loteamento (processo n.º LAL 70/2019) e emitido respetivo alvará de alteração ao alvará de loteamento n.º 11/2001, em 09 de dezembro de 2019; _
Existem, pelo menos, dois interessados na aquisição da citada parcela, e o Município não necessita, atualmente, de manter a propriedade daquele lote, não tendo planeada qualquer utilização do mesmo; _____

A Junta da União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, através do seu Presidente, emitiu parecer no sentido de que não vê qualquer inconveniente na alienação desta parcela de terreno; _____

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal tem competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mensal mínima garantida; _____

Ao supra identificado lote de terreno foi atribuído o valor de 20.960,00€ (vinte mil novecentos e sessenta euros), de acordo com o relatório de avaliação datado de 26 de fevereiro de 2020, que se anexa cópia; _____

Nos termos do artigo 319.º do Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, um dos procedimentos indicados para a alienação ou oneração de imóveis é a hasta pública, precedida de aviso; _____

Nos termos do artigo 321.º do mesmo diploma legal o procedimento é dirigido por uma Comissão composta por três membros; _____

Nos termos do artigo 322.º do diploma legal acima indicado as propostas de aquisição devem ser efetuadas por licitação verbal, aberta que seja a praça, sendo que o primeiro lance deve corresponder ao valor base de licitação anunciado, não podendo os lances subsequentes ser de valor inferior a 5% da base de licitação, arredondado às centésimas; Considerando que, por isso, o valor base de licitação deve ser o mesmo que o valor atribuído na avaliação efetuada (20.960,00€). _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a alienação, em hasta pública, da parcela de terreno com a área de 542,00 m², designada por lote 10, abrangida pelo Alvará de Loteamento n.º 11/2001, sita na Rua do Miradouro, da união de freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, deste concelho, descrita na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 2001 - Gondifelos, e inscrita na matriz sob o artigo P2655 urbano, pelo valor base de licitação de 20.960,00 euros. _____

2 - Nomear, para assegurar a hasta pública e todos os procedimentos e atos necessários à sua boa realização, os quais decorrerão com a observância do disposto nos artigos 320.º a 327.º do Código Regulamentar sobre Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, e demais regras legais aplicáveis, uma comissão presidida pelo Diretor Municipal, Vítor Manuel Moreira, que será coadjuvado pelas Técnicas Superiores, Maria Isabel Nascimento Vieira Pinto e Susana Cláudia Machado de Sousa Lobo, e como membros suplentes Luís Miguel Alves Fernandes e Ália da Conceição Araújo Silva, afetos ao Departamento dos Assuntos Jurídicos. _____

3 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de compra e venda e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-A SENHORA VEREADORA CÉLIA MENEZES questionou o Senhor Presidente se em vez do parecer do Presidente da Junta de Freguesia não deveria também obrigar o parecer da Assembleia de Freguesia. _____

-O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que não pode obrigar, já que legalmente cabe ao Presidente da Junta essa decisão. _____

2 - “AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município tem um património que é constituído pelos bens do ativo (bens materiais ou imateriais, direitos sobre bens ou direitos de crédito) e pelas responsabilidades do passivo (situações passivas que impedem sobre o Estado e cujo conteúdo seja suscetível de avaliação pecuniária); _____

Podemos atentar o Património do Município como o conjunto dos bens que constituem o domínio do Município e das relações jurídicas com valor económico de que o Município é sujeito ativo ou passivo; _____

Sob o ponto de vista jurídico, o Património do Município compreende dois grandes setores: o setor dos direitos reais, usualmente denominado Património real e o setor dos

direitos de crédito ou das obrigações geralmente designado por Património creditício ou obrigacional; _____

O dito Património real engloba duas categorias: os bens do domínio público e os bens do domínio privado; _____

Uma aceção objetiva, entende-se por domínio público o conjunto das coisas que, pertencendo ao Município, são submetidas por Lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afetadas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua não comerciabilidade, em ordem a preservar a produção dessa utilidade pública; ____

Pertencem ao domínio privado do Município todas as coisas corpóreas propriedade do Município e não integradas por Lei no domínio público, as quais estão, em princípio, sujeitas ao regime de propriedade estatuído na Lei e consequentemente submetidas ao comércio jurídico correspondente; _____

Na administração dos bens do Município há que considerar como fundamentais regras ou providências relacionadas com a inventariação e registo; a conservação e valorização; a obtenção dos benefícios financeiros suscetíveis de serem produzidos pelos bens sem prejuízo dos fins de interesse público a que se encontrem afetos; e por último, com a alienação dos bens que não interessa manter no Património do Estado; _____

Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, os promotores de operação urbanística estão sujeitos em determinadas situações a efetuar cedências ao domínio Municipal; _____

Ao assim suceder, tais bens passam a integrar o Património do Município; _____

Nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, compete à Câmara Municipal “(...) o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação (...) a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal”; _____

Nos termos da alínea q), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, “deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público”. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere, nos termos e para efeitos do previsto na alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tomar conhecimento e aprovar para efeitos de arrolamento e inventariação da relação de cedências constantes dos documentos anexos à presente proposta e que, por economia e brevidade, aqui se dão como reproduzidos, passando as mesmas assim a integrar o inventário de bens imóveis do Município: _____

1.1 - Cedências nos alvarás de loteamento do ano 2019: 15.734,66 m2 num valor global de 1.158.377,52€ (um milhão cento e cinquenta e oito mil trezentos e setenta sete e cinquenta e dois centimos), melhor identificado no mapa anexo (Anexo I) e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido; _____

1.2 - Cedências nos alvarás de obras de construção e cedências efetuadas através de escritura do ano 2019: 11 008.80 m2 num valor global de 734 100,20€ (setecentos e trinta e quatro mil e cem euros e vinte centimos), melhor identificado no mapa anexo (Anexo II) e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

2 - Que mais delibere a Câmara Municipal, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a presente proposta e documentos a ela anexos, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da citada Lei n.º 75/2013.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO DOIS. _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA._____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

SAÚDE PÚBLICA: _____

1 - “EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL RELATIVAMENTE AO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DA FARMÁCIA CAMEIRA, SITA NA PRAÇA D. MARIA II, Nº 1096, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO PARA A AVENIDA DO BRASIL, LOTE 1 DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ Nº 32/2001, Nº 147, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM” _____

Da Senhora Vereadora Sofia Fernandes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., no seguimento do pedido de transferência de localização da farmácia acima identificada apresentado pela entidade proprietária, veio solicitar à Câmara Municipal a emissão de parecer, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, definido pelo Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, na redação atualizada pela Lei n.º 26/2011, de 16 de junho; _____

Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, o parecer desfavorável da Câmara Municipal é vinculativo, e, como tal impeditivo de uma decisão final positiva por parte do INFARMED; _____

Em caso de parecer favorável da Câmara Municipal, sempre poderá o INFARMED deferir ou indeferir o pedido de transferência apresentado, nos termos do disposto no artigo 21º da Portaria n.º 352/2012, de 30 de outubro; _____

Compete ao INFARMED verificar da legalidade do pedido de transferência apresentado e, bem assim, aferir do cumprimento dos requisitos e condições previstos na lei e decidir, com base nos documentos mencionados no artigo 20.º da Portaria n.º 352/2012, de 30 de outubro, sobre o pedido; _____

A autorização da transferência de farmácia está sujeita a parecer prévio da câmara municipal competente em razão do território, a emitir no prazo de 60 dias, contados da data da entrada do pedido nos respetivos serviços, por força do n.º 3 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina. _____

Tenho a honra de propor que: _____

A Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável ao pedido de transferência apresentado pela entidade proprietária da farmácia acima identificada, junto do INFARMED.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ *-AUSENTOU-SE A SENHORA VEREADORA JULIANA SANTOS POR IMPEDIMENTO LEGAL.* _____

_____ **JUVENTUDE:** _____

1 - “BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2019/2020”

Da Senhora Vereadora Sofia Fernandes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município;

No sentido de proporcionar melhores condições de acesso e frequência do Ensino Superior aos jovens Famalicenses, de motivar e valorizar a formação, a Autarquia continua incluindo nas suas prioridades a atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do código regulamentar da Concessão de Apoios, designado por bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior, residentes no Município de Vila Nova de Famalicão.____

A Câmara Municipal pode deliberar sobre a concessão de apoios nos estudos aos alunos do ensino superior através da atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos da alínea c) do artigo 17.º, conjugado com o disposto nos artigos 43.º e seguintes do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual; _____

Para o ano letivo 2019/2020, foram apresentadas 596 candidaturas através da nova plataforma para o efeito. Concluído, quer o processo de análise das candidaturas, quer os processos relativos às reclamações, conforme o previsto no respetivo código regulamentar, elaborou-se a lista definitiva de 267 bolseiros, que se encontra em anexo, que corresponde ao orçamento no valor Global de 166.650,00€. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Atribuir a cada um dos 267 candidatos, constantes no Anexo I da presente proposta, uma Bolsa de Estudo de valor individual resultante da fórmula constante do Regulamento de Concessão de Apoios, sendo 130 no valor de 500€, 51 no valor de 600€, 3 bolsas no valor de 700€, 45 no valor de 750€, 21 bolsas no valor de 850€,_____

1 no valor de 950€, 12 no valor de 1000€ e 4 no valor de 1100€, totalizando o montante de 166.650,00€ (cento e sessenta seis mil, seiscentos e cinquenta euros).” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1292/2019, efetuados com base no cabimento nº 1797/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A SENHORA VEREADORA JULIANA SANTOS. _____

_____ *-APRESENTOU-SE, DE NOVO, A SENHORA VEREADORA JULIANA SANTOS.* _____

_____ **EQUIPAMENTOS:** _____

1 - “REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA - EMPREITADA: CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Dando cumprimento ao artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, foi realizado o cálculo da revisão de preços definitiva, e que se anexa juntamente com informação técnica emanada da Divisão de Equipamentos.

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

A aprovação desta revisão de preços definitiva, no valor de 9.594,54 euros (nove mil, quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e quatro centimos), ao qual acresce o

IVA à taxa legal em vigor, a pagar ao adjudicatário da empreitada, Dacop, S.A., contribuinte n.º 500 499 675.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 1297/2019, efetuados com base no cabimento n.º 1795/2019.” _____

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE V. N. DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Tendo sido elaborado o relatório final de análise de propostas e minuta do contrato referente ao concurso público da empreitada “Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de V. N. de Famalicão”, de acordo com os artigos 148º e 98º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, faz-se as suas apresentações em anexo à proposta. _____

Estão previstos trabalhos no valor de 503.414,15 euros (quinhentos e três mil, quatrocentos e catorze euros e quinze cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o prazo de execução de 450 dias. O valor previsto para o ano de 2020 é de

334.000,00 euros (trezentos e trinta e quatro mil euros), IVA incluído à taxa legal em vigor. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o relatório final de análise de propostas e minuta do contrato do concurso público da empreitada “Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de V. N. de Famalicão”. _____

2. A consequente adjudicação da empreitada referida à empresa Fernando Silva & C^a, Lda., contribuinte n.º 502 167 335, ao abrigo dos artigos 73º e 76º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, pelo valor de 503.414,15 euros (quinhentos e três mil, quatrocentos e catorze euros e quinze cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que está previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, com o projeto de ação n.º 2/2019.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1298/2019, efetuados com base no cabimento nº 1791/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO:** _____

1 - “CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS - 2º TRIMESTRE DE 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“No seguimento da execução do Contrato de Educação e Formação Municipal e de acordo com o acordado com os respetivos Agrupamentos de Escolas, o Município transfere as verbas da totalidade dos blocos, com exceção do Bloco C (encargos com instalações, contendo energia elétrica, água, combustíveis e comunicações), imputadas à antiga Fonte de Financiamento 111 - Orçamento de Estado. _____

Para além das verbas dos blocos de funcionamento, é necessário, também, proceder à transferência dos valores da ação social escolar para este segundo trimestre de 2020. ____

Assim, pelo exposto, de acordo com a Cláusula 13.^a do Contrato de Educação e Formação Municipal e ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, em vigor neste Município, proponho que a Câmara Municipal delibere: ____

1 - Transferir para os Agrupamentos de Escolas, no âmbito do Contrato de Educação e Formação Municipal, de acordo com o Anexo n.º 1, Quadros 1 e 2, o montante de 298.746,55 € (Duzentos e noventa e oito mil setecentos e quarenta e seis Euros e cinquenta e cinco cêntimos), referente ao segundo trimestre de 2020, para despesas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, equipamentos básicos, conservação dos edifícios e ação social escolar. _____

2 - Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município, outorgar os referidos protocolos. _____

3 - Pagar o previsto no número 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos n.ºs 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306 e 1307/2019, efetuados com base nos cabimentos n.ºs 1786, 1787, 1789, 1790, 1792, 1793 e 1794/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “FEDERAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - APOIO FINANCEIRO (2019 E 2020)” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“As associações de pais e de encarregados de educação são parceiros educativos com papel particularmente importante, quer na representação institucional dos pais nos órgãos de administração e gestão das escolas, quer na promoção da ligação entre a escola e a comunidade, sendo, por isso, credores do apoio municipal. _____

A FECAPAF - Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Nova de Famalicão tem desenvolvido um conjunto de atividades com objetivo de proporcionar às escolas e aos alunos um conjunto de ferramentas complementares à sua formação. _____

Para o corrente ano, a nova Direção da FECAPAF tem previsto, conforme documento em anexo, um conjunto de atividades, desde a realização de conferências, workshops e ações de formação, fomentando, assim, a participação parental, bem como apoio aos alunos e

às respetivas escolas com transportes para diversas atividades incluídas nos planos de atividades de cada agrupamento de escolas. _____

Tendo em conta que, no decurso do ano de 2019, a FECAPAF não apresentou os documentos necessários e instrutórios para o processo de atribuição de apoio, não foi concedido, pelo Município, qualquer apoio financeiro para as suas atividades, mesmo tendo continuado com o programa de facilitação de mobilidade para atividades fora das escolas, que resultou numa despesa de cerca de 9.000,00 €, relativa aos transportes usufruídos pelos nossos alunos e respetivas escolas. _____

Assim, pelo exposto, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da al. a), do n.º 2, do artigo 69.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, em vigor neste Município, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à FECAPAF - Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Nova de Famalicão, NIPC 504 325 981, o montante de 20.000,00 € (Vinte mil Euros) para apoio às suas atividades, relativas aos anos de 2019 e 2020. ____

2. Aprovar a minuta de protocolo, anexa à presente Proposta. _____

3. Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município, outorgar o referido Protocolo. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1299/2019, efetuados com base no cabimento nº 1785/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

CULTURA: _____

1 - “APOIO FINANCEIRO E NÃO FINANCEIRO À ELOGIO VÁDIO - ASSOCIAÇÃO, PARA COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DE REALIZAÇÃO DA 4ª EDIÇÃO DO EVENTO “MEL - PIQUENIQUE DAS ARTES” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“A Elogio Vádio - Associação, com sede em Praça D. Maria II, n.º 1042, Centro Comercial Bezerra, Loja 14, 4760-111 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 514 122 943, representada pelo Presidente da Direção, João Filipe da Costa Oliveira, associação sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse público municipal, instituição legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, e que tem por objetivo a promoção de atividades de natureza cultural, artística, pedagógica, sociocultural e ambiental; _____

O “MEL - piquenique das artes” tem sido instrumental no propósito de guindar a educação ambiental dos munícipes famalicenses, e no desígnio de transformar Vila Nova de Famalicão num concelho mais amigo do ambiente e mais acessível para quem o habita e visita, reforçando a ideia de Vila Nova de Famalicão como destino verde e ecológico, dinâmico, ativo e de excelência, posicionando o Município como agente promotor de estilos de vida saudáveis para todas as idades, aliados a uma forte fruição da natureza da cidade, assim como um tipo de comportamento conciliando atividades lúdicas com preocupações pedagógicas e de sensibilização para as boas práticas ambientais. De facto, este evento cultural desempenha um papel central na implementação de corredores verdes no Município, os quais, constituindo um sistema que privilegia os elementos naturais na

paisagem urbana, visam a sensibilização para os valores da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar, e têm como conceito a articulação dos espaços verdes existentes na envolvente, promovem ligações transversais aos parques urbanos contíguos, e conjeturam a concretização de outros, _____

O “MEL - piquenique das artes” é um evento que, contribuindo para a implementação de políticas municipais que visam colocar Vila Nova de Famalicão no ranking nacional das cidades ambientalmente sustentáveis, se enquadra nos pilares e eixos de orientação estratégica integrada político-urbanística do Município, os quais, mediante a implementação dos planos de mobilidade urbana da cidade, de mobilidade pedonal, de sistemas de mobilidade elétrica e de produtos partilhados de mobilidade, muito para além da estrita atividade de ordenamento do território, reforçam uma aposta clara no planeamento urbanístico, na ocupação e utilização dos espaços públicos, adequando-os à gestão de novas configurações dos espaços arquitetónicos, urbanos e rurais na sua relação com os munícipes famalicenses, e às novas tendências sociodemográficas; _____

A responsabilidade político-cultural do Município, entendida a cultura como fator de desenvolvimento cultural, sociocultural, multicultural, interdisciplinar, social, educativo, ambiental, artístico, pedagógico e económico, também deverá contribuir para a incrementação da consciencialização política, para a implementação de uma cidadania consciente e para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. O “MEL - piquenique das artes”, evento em formato digital, constitui um momento de inegável partilha, estimulando o sentido de pertença ao grupo de pessoas num contexto urbano, fomentando o espírito comunitário em torno dos jardins e, assim, o fortalecimento da ligação dos habitantes e dos visitantes com os espaços verdes da cidade, proporcionando a oportunidade de convívio intergeracional e intercultural entre velhos e novos amigos, cujas interações geram atitudes, práticas, metas, objetivos, costumes, conhecimento,

crenças, processos e valores, e dando a conhecer a milhares de pessoas a cidade de Vila Nova de Famalicão, o clima, a gastronomia, as gentes, os monumentos, as tradições, a música, a cultura, a marca de hospitalidade dos famalicenses, etc.; _____

Por imperiosas razões de interesse público, e como princípios estruturantes de atividade administrativa que têm norteado a respetiva atuação, a edilidade atende e constitui o exemplo, junto de todos os cidadãos, das causas da igualdade, da proporcionalidade, da responsabilidade, da imparcialidade, da colaboração, da participação, da transparência, da concorrência, da boa-fé, do controlo, da legalidade, da justiça, da proteção do interesse público, da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, valorização e rentabilização dos recursos públicos e da participação cidadã dos munícipes famalicenses. Enquanto órgão executivo do Município de Vila Nova de Famalicão, incumbe à Câmara Municipal, o reconhecimento, em sentido jurídico-administrativo, do importante e meritório papel de exercício de interesse público para o município, e enquanto necessidades da comunidade política famalicense, face aos argumentos aduzidos no projeto “O Indizível”, relativo à 4.ª edição do evento “MEL – piquenique das artes”, a realizar no Parque da Devesa, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2020. E, como fundamentos que subjazem à proposta da decisão final de atribuição de apoios financeiros, escassos por natureza, à Elogio Vádio - Associação, a Divisão de Cultura e Turismo, face ao escopo de prestação de um serviço público, à resposta às necessidades da comunidade política famalicense, ao âmbito geográfico e populacional de intervenção, bem como ao contributo para a correção das desigualdades de ordem sócio económica e combate à exclusão social, pretende criar condições para que tal missão não seja interrompida ou comprometida e garantir a viabilidade financeira de um projeto que, admitindo disciplinas artísticas como fotografia, cinema, circo, música e teatro, se desdobra em ciclo programáticos de experiência, memória e mito, e é de entrada livre e

usufruto gratuito, nas artes e no lazer, para todas as famílias famalicenses, e outros visitantes da cidade de Vila Nova de Famalicão; _____

Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, e dos números 1 e 3, do artigo 73.º, e do artigo 76.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros) à Elogio Vádio - Associação, NIPC 514 122 943, para comparticipar nas despesas de realização da 4.ª edição do evento “MEL - piquenique das artes”; _____
2. Autorizar o pagamento de 50% da comparticipação em causa antes do início da atividade e o restante após a realização da mesma; _____
3. Aprovar a atribuição de um apoio não-financeiro que se materializa na cedência de apoio logístico na montagem e preparação do referido evento, de acordo com as disponibilidades do Município; _____
4. Aprovar a isenção à Elogio Vádio - Associação, NIPC 514 122 943, de liquidação/pagamento de taxas municipais relativas a Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Improvisado, necessárias para a realização deste evento, de acordo com os artigos 35.º e 36.º, número 2, alínea c), do Código Regulamentar de Taxas Municipais - DR, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2016; _____
- 5 - Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não-financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____

6. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____

7. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1286/2019, efetuados com base no cabimento nº 1784/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DE BENS CULTURAIS - ESPÓLIO CONSTITUÍDO POR 47 (QUARENTA E SETE) CARTAS E 29 (VINTE E NOVE) DOCUMENTOS - EM MEMÓRIA DE BERNARDINO MACHADO” _____

Do Senhor Vereado Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão dispõe de atribuições no domínio do património e da cultura, nos termos do disposto no artigo 23.º, número 2, alínea e), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incumbindo aos órgãos municipais administrar, salvaguardar e promover o património cultural municipal, designadamente através da Rede de Museus; _____

A concretização de tais atribuições está intimamente ligada à participação, divulgação e valorização pela sociedade civil do património cultural; _____

A Dra. Elzira Maria Terra Dantas Machado Rosa e esposo Emílio José Pereira Rosa, e o Dr. Bento da Costa Ribeiro Machado, proprietários de uma vasta coleção de bens culturais

relacionados com a vida de Bernardino Machado, manifestaram a vontade de doar esses bens ao Município, melhor identificados nos documentos juntos à minuta de Contrato de Doação de Bens Culturais que se anexa, e faz parte integrante da presente proposta; ____

Tal espólio em memória de Bernardino Machado contém alguns relevantes bens culturais, e a sua integração no acervo bibliográfico e documental representa um enriquecimento das coleções de Bernardino Machado, à guarda do Museu Bernardino Machado, conforme pareceres anexos à proposta; _____

A incorporação de bens culturais nos museus da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, constitui uma das funções museológicas essenciais a uma política de preservação e de salvaguarda da memória coletiva, e pode efetivar-se, entre outros modos, através de doação (artigo 250.º, e alínea b), do artigo 252.º, do “Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal”); _____

A Câmara Municipal dispõe de competências próprias para aceitar doações, legados e heranças, a benefício de inventário, ao abrigo do previsto no artigo 33.º, número 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

A aceitação da doação por parte da Câmara Municipal permitirá beneficiar o Museu Bernardino Machado, enquanto espaço cultural vocacionado para a promoção, valorização e difusão das suas coleções museológicas, divulgando a vida e a obra de Bernardino Machado à sua guarda, através da criação de condições que possibilitem o seu inventário, conservação, documentação, investigação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e de fruição cultural. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aceitar a doação dos bens culturais - espólio constituído por 47 (quarenta e sete) cartas e 29 (vinte e nove) documentos - em memória de Bernardino Machado, com o valor global de 12.300,00 € (doze mil e trezentos euros), melhor identificados nos documentos

juntos à minuta do “Contrato de Doação de Bens Culturais”, que se anexa e faz parte integrante desta proposta, constituindo-se por doadores a Dra. Elzira Maria Terra Dantas Machado Rosa e esposo Emílio José Pereira Rosa, e o Dr. Bento da Costa Ribeiro Machado, nos termos e condições exarados nesse contrato, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, número 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

2 - Aprovar a minuta do “Contrato de Doação de Bens Culturais”, referido no número anterior; _____

3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o “Contrato de Doação de Bens Culturais”, referido no número 1.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DE BENS CULTURAIS - ESPÓLIO CONSTITUÍDO POR 70 (SETENTA) CARTAS - EM MEMÓRIA DE BERNARDINO MACHADO” _
Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão dispõe de atribuições no domínio do património e da cultura, nos termos do disposto no artigo 23.º, número 2, alínea e), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incumbindo aos órgãos municipais administrar, salvaguardar e promover o património cultural municipal, designadamente através da Rede de Museus; _____

A concretização de tais atribuições está intimamente ligada à participação, divulgação e valorização pela sociedade civil do património cultural; _____

A Dra. Elzira Maria Terra Dantas Machado Rosa e esposo Emílio José Pereira Rosa, e o Dr. Júlio Guilherme Ferreira Machado Vaz, proprietários de uma vasta coleção de bens culturais relacionados com a vida de Bernardino Machado, manifestaram a vontade de doar esses bens ao Município, melhor identificados nos documentos juntos à minuta de Contrato de Doação de Bens Culturais que se anexa, e faz parte integrante da presente proposta; _____

Tal espólio em memória de Bernardino Machado contém alguns relevantes bens culturais, e a sua integração no acervo bibliográfico e documental representa um enriquecimento das coleções de Bernardino Machado, à guarda do Museu Bernardino Machado, conforme pareceres anexos ao processo; _____

A incorporação de bens culturais nos museus da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, constitui uma das funções museológicas essenciais a uma política de preservação e de salvaguarda da memória coletiva, e pode efetivar-se, entre outros modos, através de doação (artigo 250.º, e alínea b), do artigo 252.º, do “Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal”); _____

A Câmara Municipal dispõe de competências próprias para aceitar doações, legados e heranças, a benefício de inventário, ao abrigo do previsto no artigo 33.º, número 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

A aceitação da doação por parte da Câmara Municipal permitirá beneficiar o Museu Bernardino Machado, enquanto espaço cultural vocacionado para a promoção, valorização e difusão das suas coleções museológicas, divulgando a vida e a obra de Bernardino Machado à sua guarda, através da criação de condições que possibilitem o seu inventário, conservação, documentação, investigação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e de fruição cultural. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aceitar a doação dos bens culturais - espólio constituído por 70 (setenta) cartas - em memória de Bernardino Machado, com o valor global de 14.000,00 € (catorze mil euros), melhor identificados nos documentos juntos à minuta do “Contrato de Doação de Bens Culturais”, que se anexa e faz parte integrante desta proposta, constituindo-se por doadores a Dra. Elzira Maria Terra Dantas Machado Rosa e esposo Emílio José Pereira Rosa, e o Dr. Júlio Guilherme Ferreira Machado Vaz, nos termos e condições exarados nesse contrato, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

2 - Aprovar a minuta do “Contrato de Doação de Bens Culturais”, referido no número anterior; _____

3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o “Contrato de Doação de Bens Culturais”, referido no número 1.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **BIBLIOTECA E ARQUIVOS:** _____

1 - “PLANO LOCAL DE LEITURA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A leitura constitui uma competência básica para o acesso plural ao conhecimento e ao enriquecimento cultural, indispensáveis ao exercício de uma cidadania ativa e ao desenvolvimento económico e social do país, e o domínio alargado desta competência é perspectivado como condição fundamental para a construção e consolidação de uma

sociedade livre, com coesão social, acesso democrático à informação, ao conhecimento e à criação e fruição culturais; _____

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março, o Governo resolveu promover o Plano Nacional de Leitura 2017-2027, doravante PNL2027, no horizonte da próxima década, estabelecendo uma aposta na consolidação das ações concretizadas nos primeiros dez anos do Plano e em novas vertentes a desenvolver até 2027, designadamente através de um reforço da articulação com as autarquias locais; _____

Nos termos da alínea j) do n.º 2 e da alínea d) do n.º 3 da mesma Resolução do Conselho de Ministros, entre as linhas orientadoras para o PNL2027 contam-se a implementação de novas parcerias e a realização de ações concertadas com o apoio de entidades públicas e privadas, sublinhando-se neste âmbito a intervenção das autarquias locais, atentas as atribuições que prosseguem nos domínios da educação, ensino, cultura e ciência; _____

Compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, conforme decorre da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nos termos da alínea r) do n.º 1 do citado artigo 33.º, _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar a minuta do Acordo de Parceria entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Plano Nacional de Leitura 2027, para a instituição do Plano Local de Leitura de Vila Nova de Famalicão, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta. _

2 - Aprovar o Plano Local de Leitura de Vila Nova de Famalicão, sob a égide “Famalicão: cidade educadora, cidade leitora”, que também se anexa à proposta. _____

3 - Que delibere, ainda, conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido Acordo de Parceria.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

FREGUESIAS: _____

1 - “AUTORIZAÇÃO DE DESPESA PARA A BRIGADA DAS FREGUESIAS” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

Considerando que o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, prevê nas alíneas a) e d) n.º 1 do seu artigo 55.º a possibilidade de atribuição de apoio não financeiro às freguesias, consubstanciando-se esse apoio através do fornecimento de recursos materiais, bem como, na possibilidade de cedência de mão-de-obra; _____

Considerando que, nos termos da alínea ii), do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete às juntas de Freguesia administrar e conservar o património da freguesia; _____

Considerando que, no decorrer do ano de 2019 foram submetidos vários pedidos de apoio não financeiro, para obras vicinais, por diferentes freguesias, nomeadamente, Antas, Calendário, Gavião, Lousado, Oliveira S. Mateus, Vila Nova de Famalicão e Vilarinho

das Cambas, e que de fato se gastou o montante de 7.855,83 € (sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos) em diferente material de construção civil, conforme demonstra a tabela em anexo I; _____

Considerando que outras freguesias, nomeadamente, Cruz, União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, Delães, UF Arnoso (Sta. Maria e Sta. Eulália) e Sezures e Louro vieram também solicitar apoio ao Município para obras a executar no ano de 2020; _____

Considerando que podem ocorrer, novos pedidos das Freguesias para colmatar situações de emergência, derivadas de diversos fatores que impossibilitem de atempadamente efetuar o pedido de apoio ao Município; _____

Considerando a necessidade de se poder agilizar o funcionamento da Brigada das Freguesias, cujo desiderato é ocorrer a diversas situações, nomeadamente, construção de muros, passeios, águas pluviais, e demais solicitações das freguesias; _____

Considerando que o mencionado apoio se consubstancia na cedência de mão de obra e do fornecimento de diversos materiais de construção civil, cujo montante estimado de despesa, se prevê que seja de 10.000,00 € (dez mil euros); _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a despesa até ao montante de 10.000,00 € (dez mil euros), em materiais diversos de construção civil e mão-de-obra, no âmbito da intervenção da brigada das freguesias no ano de 2020” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1284/2019, efetuados com base no cabimento nº 1780/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

2 - “APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE RIBA DE AVE - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA LUÍS DE CAMÕES E ANTÓNIO GONÇALVES” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

Considerando que a Assembleia Municipal, em reunião datada de 10 de novembro de 2017, delegou esta competência na Câmara Municipal; _____

Considerando que o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, prevê na alínea e), do seu artigo 54.º a possibilidade de atribuição de apoio financeiro às freguesias para infraestruturas diversas; _____

Considerando que às juntas de freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii), do n.º 1, do artigo 16.º da citada Lei n.º 75/2013, cumpre administrar e conservar património da freguesia; _____

Considerando que a junta da freguesia de Riba de Ave solicitou, conforme disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, um apoio financeiro para a obra de requalificação da rua Luís de Camões e António Gonçalves, as quais são vicinais e cujos trabalhos consistem no levantamento do pavimento existente em cubo de granito, na demolição dos passeios existentes, na execução de uma rede de

águas pluviais, na execução de passeios em betão e na pavimentação das ruas com betão betuminoso; _____

Considerando que tal pedido se enquadra nos critérios de atribuição de apoios previsto no n.º 1 do artigo 59.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, conforme informação técnica em anexo à proposta; _____

Considerando que o custo das obras cifrar-se-á em 66.695,31 euros (sessenta e seis mil seiscentos e noventa e cinco euros e trinta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com um dos orçamentos apresentados pela Junta de Freguesia, e que se anexam à presente proposta; _____

Considerando por fim o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do citado Código Regulamentar, que refere que “Os pagamentos são efetuados após pedido apresentado pela freguesia, nos seguintes termos: 1 - No caso de obras, é feita uma vistoria documentada pelos técnicos da Câmara Municipal, que constate estarem realizadas as obras de acordo com os projetos ou, quando tal não seja exigível, com a memória descritiva que instruiu o requerimento do pedido de apoio”. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro, no valor de 66.000,00 € (sessenta e seis mil euros), à freguesia de Riba de Ave, com o NIF 506 974 642, destinado a comparticipar nas despesas da execução das obras mencionadas no corpo da presente proposta, mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja minuta se anexa à proposta. _____

2. Que o pagamento do referido apoio seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis e, atento o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoio, após a realização de uma vistoria que constate que a obra foi realizada nos termos aprovados. _____

3. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexo à presente proposta e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e representação do Município, outorgar e assinar o referido contrato de cooperação.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1300/2019, efetuados com base no cabimento nº 1778/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE RIBEIRÃO - LIMPEZA DO TERRENO DO FUTURO PARQUE DA FREGUESIA” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

Considerando que a Assembleia Municipal, em reunião datada de 10 de novembro de 2017, delegou esta competência na Câmara Municipal; _____

Considerando que o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, prevê na alínea e), do seu artigo 54.º a possibilidade de atribuição de apoio financeiro às freguesias para infraestruturas diversas; _____

Considerando que às juntas de freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii), do n.º 1, do artigo 16.º da citada Lei n.º 75/2013, cumpre administrar e conservar património da freguesia; _____

Considerando que a junta da freguesia de Ribeirão solicitou, conforme disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, um apoio financeiro para a limpeza do terreno onde será construído o futuro Parque da Freguesia e cujos trabalhos consistem na desmatização do terreno e transporte dos materiais sobrantes para vazadouro; _____

Considerando que tal pedido se enquadra nos critérios de atribuição de apoios previsto no n.º 1 do artigo 59.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, conforme informação técnica em anexo à proposta; _____

Considerando que o custo da limpeza do terreno cifrar-se-á em 6.300,00 euros (seis mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com um dos orçamentos apresentados pela Junta de Freguesia, e que se anexam à presente proposta;

Considerando por fim o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do citado Código Regulamentar, que refere que “Os pagamentos são efetuados após pedido apresentado pela Freguesia, nos seguintes termos: 1 - No caso de obras, é feita uma vistoria documentada pelos técnicos da Câmara Municipal, que constate estarem realizadas as obras de acordo com os projetos ou, quando tal não seja exigível, com a memória descritiva que instruiu o requerimento do pedido de apoio”. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro, no valor de 6.000,00 € (seis mil euros), à freguesia de Ribeirão, com o NIF 506 914 410, destinado a compartilhar nas despesas da execução das obras mencionadas no corpo da presente proposta, mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja minuta se anexa à proposta. _____

2. Que o pagamento do referido apoio seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis e, atento o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoio, após a realização de uma vistoria que constate que a obra foi realizada nos termos aprovados. _____

3. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexo à presente proposta e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e representação do Município, outorgar e assinar o referido contrato de cooperação.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 1285/2019, efetuados com base no cabimento n.º 1783/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA - OBRAS NA RUA DA AGRA - AVIDOS - 1ª FASE” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

Considerando que a Assembleia Municipal, em reunião datada de 10 de novembro de 2017, delegou esta competência na Câmara Municipal; _____

Considerando que o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, prevê na alínea e), do seu artigo 54.º a possibilidade de atribuição de apoio financeiro às freguesias para infraestruturas diversas; _____

Considerando que às juntas de freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii), do n.º 1, do artigo 16.º da citada Lei n.º 75/2013, cumpre administrar e conservar património da freguesia; _____

Considerando que a Junta da União de Freguesias de Avidos e Lagoa solicitou, conforme disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, um apoio financeiro para as obras de pavimentação da rua da Agra - 1.ª Fase, Avidos, a qual é vicinal, e cujos trabalhos se consubstanciam na regularização da base da rua com tout-venant e na sua pavimentação com betão betuminoso; _____

Considerando que tal pedido se enquadra nos critérios de atribuição de apoios previsto no n.º 1 do artigo 59.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, conforme informação técnica em anexo à proposta; _____

Considerando que o custo das obras cifrar-se-á em 14.690,00 euros (catorze mil e seiscentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com um dos orçamentos apresentados pela Junta de Freguesia, e que se anexam à presente proposta; _____

Considerando por fim o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do citado Código Regulamentar, que refere que “Os pagamentos são efetuados após pedido apresentado pela Freguesia, nos seguintes termos: 1 - No caso de obras, é feita uma vistoria documentada pelos técnicos da Câmara Municipal, que constata estarem realizadas as obras de acordo com

os projetos ou, quando tal não seja exigível, com a memória descritiva que instruiu o requerimento do pedido de apoio”. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro, no valor de 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros), à União de Freguesias de Avidos e Lagoa, com o NIF 510 834 795, destinado a comparticipar nas despesas da execução das obras mencionadas no corpo da presente proposta, mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja minuta se anexa à proposta. _____

2. Que o pagamento do referido apoio seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis e, atento o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoio, após a realização de uma vistoria que constate que a obra foi realizada nos termos aprovados. _____

3. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexo à presente proposta e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e representação do Município, outorgar e assinar o referido contrato de cooperação.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1281/2019, efetuados com base no cabimento nº 1775/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

DESPORTO: _____

1 - “APOIO FINANCEIRO PARA PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL - JOAQUIM FIGUEIREDO” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“O atleta famalicense Joaquim Figueiredo, atleta filiado na Federação Portuguesa de Atletismo, pretende participar no Campeonato da Europa de Atletismo de Masters, que se realiza na Madeira, nos dias 2, 3 e 4 de abril e no Campeonato do Mundo de Atletismo de Masters, que se realiza no Canadá, de 20 de julho a 1 de agosto. _____

Considerando os elevados custos inerentes à participação nas referidas provas internacionais, cuja federação não presta qualquer comparticipação, solicitou a atleta um apoio municipal, tendo em vista reunir as condições necessárias para garantir a sua participação. _____

O Município de Vila Nova de Famalicão tem vindo a apoiar financeiramente a participação de atletas Famalicense em provas internacionais, promovendo a sua experiência e desenvolvimento competitivo, bem como por se tratar de matéria do interesse desportivo municipal. _____

Considerando que a comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades desportivas, singulares ou coletivas (alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir ao atleta Joaquim Maria de Carvalho Figueiredo, NIF 168 656 655, um apoio financeiro até ao montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), tendo em vista

cobrir parte dos custos com a participação no Campeonato da Europa e do Mundo de Atletismo de Masters. _____

2. Aprovar a minuta de contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, bem como a efetiva participação do atleta na competição desportiva em apreço.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1294/2019, efetuados com base no cabimento nº 1807/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APOIO FINANCEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES - ASSOCIAÇÃO DE BOCCIA LUÍS SILVA” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“A Associação de Boccia Luís Silva sediada na união de freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz é a única associação Famalicense que se dedica ao desenvolvimento de atividades desportivas junto de indivíduos portadores de deficiência, concretamente, a modalidade de Boccia e futebol adaptado. _____

Esta associação tendo vindo a desenvolver a modalidade de Boccia junto de outras entidades Famalenses que atuam no âmbito da deficiência e terceira idade, criando a

oportunidade, junto deste público específico, da prática de uma modalidade desportiva adaptada, bem como cooperando ativamente com o Município na inclusão desta modalidade das iniciativas municipais “Desporto Para Todos” e “Mais e Melhores Anos”, vocacionadas para a atividade física junto de cidadãos portadores de deficiência e população sénior. _____

No âmbito da promoção e dinamização da modalidade no nosso concelho, tem vindo a organizar, também, anualmente, o Torneio de Boccia Cidade de Famalicão, entre outros eventos e estágios que reúne atletas, tanto do nosso concelho como de outros pontos do País. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o artigo 67.º e a alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades desportivas, singulares ou coletivas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro até ao montante de 3.000,00 € (três mil euros), à Associação de Boccia Luís Silva, NIF 509 411 908, destinado a apoiar o desenvolvimento de atividades, para a época 2019/2020. _____
2. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que, se verifique a existência de fundos disponíveis. _____
3. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar referido o contrato-programa.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1293/2019, efetuados com base no cabimento nº 1806/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR._____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

3 - “APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO DESPORTIVO - PILOTO JOÃO SILVA”

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Vila Nova de Famalicão é um concelho com larga tradição e reconhecimento na ligação ao automobilismo e motociclismo. É terra de pilotos aficionados, participando em inúmeras provas desportivas, tanto nas duas como nas quatro rodas. _____

O Jovem Piloto João Silva, pretende na presente época desportiva de automobilismo, pretende participar em todas as provas do campeonato Regional de ralis, e em algumas provas extra campeonato. Este projeto, para além do avultado investimento com o carro e equipa de assistência para todo o campeonato envolve, também, um investimento com inscrições em provas e respetivos seguros. _____

O piloto, embora reunindo outros apoios, nomeadamente, com a colocação de publicidade no carro de competição, não consegue reunir o montante necessário para assegurar a sua participação em todas as provas do campeonato, razão pela qual pede o apoio da Câmara Municipal. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste

Município, em matéria de apoios financeiros a entidades desportivas, singulares ou coletivas, (alínea a), do nº2, do artigo 69.º e nº 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir ao Piloto João Paulo Machado Silva, NIF 257 433 694, um apoio financeiro no montante de 500,00 € (quinhentos euros), para assegurar parte das despesas com o Projeto Desportivo. _____

2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo à proposta. _____

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o montante previsto de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, assim como a efetiva participação do piloto nas respetivas provas.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1289/2019, efetuados com base no cabimento nº 1802/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “APOIO FINANCEIRO PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL 7
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“As associações desportivas desempenham um imprescindível papel no desenvolvimento cívico e desportivo da freguesia onde se inserem, assim como nas freguesias vizinhas, por desenvolverem várias iniciativas em prol da sua comunidade, fomentando o desporto enquanto atividade de lazer e bem-estar físico, assim como atividade sadia de ocupação dos tempos livres dos jovens, incorporando competências fundamentais para o desenvolvimento integral dos jovens. _____

Tal facto tem motivado e impulsionado estas associações a promoverem o desenvolvimento e apetrechamento das suas infraestruturas, traduzindo-se numa clara melhoria das condições para a prática e desenvolvimento da atividade desportiva, permitindo, deste modo, desempenhar o seu papel em matéria de formação e desenvolvimento desportivo dos seus atletas, bem como contribuem para a valorização territorial do concelho. _____

Atualmente, o principal desafio de diversas associações desportivas que tem o futebol e futsal como modalidades principais é equipar os seus campos de jogos com piso em relva sintética, conferindo aquele que é o nível qualitativo, de segurança e conforto exigido para a prática da modalidade, assim como, suficientemente capaz de tornar atrativa a prática desportiva junto do seu publico alvo - os jovens. _____

Os pisos sintéticos, apesar de obrigarem a consideráveis investimentos são, reconhecidamente, uma opção válida do ponto de vista do custo-benefício, por se verificar reduzido custo de manutenção e um longo período de vida útil. _____

Por outro lado, esta solução permite uma elevada carga de utilização, facultando a realização de mais treinos e mais jogos em menos tempo, logo o aumento da capacidade de oferta para a prática desportiva. _____

Perfilhando esta opção e atentos tais pressupostos, o Município de Vila Nova de Famalicão tem, nos últimos anos, participado a instalação de relvados sintéticos a

associações que demonstrem capacidade para a realização de tal obra e cujas infraestruturas dos seus parques desportivos ofereçam já condições satisfatórias que justifiquem este percurso evolutivo de melhoramento ou esteja enquadrada num plano global de melhoramento e desenvolvimento das instalações existentes. _____

Assim, considerando que o Município tem uma responsabilidade especial no apoio às associações, nomeadamente nas obras de melhoramento das suas infraestruturas, para que, desta forma, se fomente e promova o desporto para todos os cidadãos, independentemente da sua condição da Associação Desportiva Ninense em encetar um conjunto de obras de melhoramento e valorização das suas instalações próprias, incluindo a construção de um campo de futebol 7 sintético, bancadas e respetivas vedações, permitirá dotar de elevados níveis de qualidade este equipamento coletivo, bem como dar resposta ao crescimento da sua procura para a prática desportiva; _____

Considerando que a Associação Desportiva Ninense reúne condições para garantir a execução da obra prevista, a qual se encontra já em curso; _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou entidades desportivas (alínea b), do n.º 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar), propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir, à Associação Desportiva Ninense, NIF: 502 234 903, um apoio financeiro até ao montante global de 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros) para apoio à concretização de obras para construção de um campo de futebol 7. _____

2. Efetuar o pagamento do apoio financeiro, constante do ponto 1, em três prestações anuais, sendo a primeira no montante de 60.000,00€ (sessenta mil euros) no ano 2020 e as restantes no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros) no ano de 2021 e 40.000,00 € (quarenta mil euros) no ano de 2022. _____

3. Efetuar os pagamentos constantes do ponto 2, mediante verificação de obra feita e de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e dos seus fundos disponíveis.

4. Submeter a presente proposta a autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção do compromisso plurianual, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. _____

5. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro em causa, anexo à presente proposta. _____

6. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1290/2019, efetuados com base no cabimento nº 1780/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “APOIO FINANCEIRO PARA INSCRIÇÕES FEDERATIVAS E SEGUROS DE ATLETAS DA MODALIDADE DE ANDEBOL PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2019/2020 - ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DE BRAGA” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“O desporto é um fenómeno social por excelência que move atletas, treinadores, dirigentes e adeptos. Parte integrante da sociedade contemporânea, o desporto promove, nas suas variadas expressões, o bem-estar, a alegria e a perseverança. _____

O direito à cultura física e ao desporto é um direito a todos constitucionalmente reconhecido, cuja prática e difusão incumbe ao Município promover, estimular, orientar e apoiar, em colaboração com as escolas, associações e coletividades desportivas. _____

O Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua política desportiva, alargou a todas as modalidades desportivas praticadas no concelho, o pagamento das despesas relativas a inscrições e seguros dos atletas dos escalões de formação das entidades de cariz desportivo sediadas no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Assim, para a modalidade de Andebol e para a época desportiva em curso, 2019-2020, apurou-se até ao momento a inscrição de mais 2 atletas da Associação A2D da Didáxis e 13 atletas da Associação Cultural de Vermoim. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou entidades desportivas (alínea a), do nº2, do artigo 69.º e nº 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à Associação de Andebol de Braga, NIF 501 912 746, um apoio financeiro no montante de 185,00€ (cento e oitenta e cinco euros) para pagamento parcial das inscrições federativas e seguros desportivos, correspondentes à época 2019-2020, dos atletas das equipas famalicenses. _____

2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição de apoio financeiro, em anexo à presente proposta. _____

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 1291/2019, efetuados com base no cabimento n.º 1804/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “APOIO FINANCEIRO - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E FORMAÇÃO DESPORTIVA A AGREMIações DESPORTIVAS DE FUTSAL AMADOR E DE FORMAÇÃO - ÉPOCA DE 2019/2020” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“As instituições desportivas Famalicenses têm desenvolvido, ao longo da sua existência, uma intensa atividade no fomento da prática desportiva, prestando relevantes serviços aos jovens residentes em Vila Nova de Famalicão. _____

Trata-se, também, de uma função social, visto acolherem milhares de jovens em várias modalidades que, desde muito novos, se dedicam à prática desportiva, contribuindo para a sua formação física e mental, e ocupando de forma salutar os seus tempos livres. _____

A modalidade de futebol é uma das que mais aficionados e praticantes congrega, estando fortemente presente no nosso concelho pela existência de atividade organizada em todas as freguesias famalicenses. _____

Considerando que as coletividades têm uma participação relevante no processo de formação integral dos Jovens, considera-se imperativo o apoio financeiro à sua atividade, especialmente em matéria de formação desportiva e apoio aos escalões jovens, garantindo, assim, o apoio indispensável ao desenvolvimento e oferta de condições de prática desportiva de qualidade. _____

Assim, pretende o Município concretizar a atribuição de apoios financeiros para a área do desenvolvimento de atividades e formação desportiva na modalidade de Futsal, ao Sporting Clube Cabeçudense e Futebol Clube de Landim, clubes que promovem a formação desportiva e atividade devidamente inscrita junto da Associação de Futebol de Braga, considerado ainda, o facto de cada escalão de formação contar com o seu corpo técnico próprio devidamente habilitado e garantirem aos seus atletas o necessário e permanente acompanhamento médico de carácter desportivo. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou entidades desportivas (alínea a), do nº2, do artigo 69.º e nº 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades e formação desportiva para a época de 2019/2020 às seguintes instituições desportivas: _____

1.1. Futebol Clube de Landim, NIF 501 736 530, no montante de 1.300,00€ (mil e trezentos euros); _____

1.2. Sporting Clube Cabeçudense, NIF 502 182 350, no montante de 500,00€ (quinhentos euros); _____

2. Pagar o previsto no nº1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis. _____

3. Aprovar a minuta de contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo à proposta. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 1287 e 1288/2019, efetuados com base nos cabimentos nºs 1796 e 1799/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

7 - “APOIO FINANCEIRO - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E FORMAÇÃO DESPORTIVA A AGREMIACÕES DESPORTIVAS DE FUTEBOL AMADOR E FORMAÇÃO” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“As instituições desportivas Famalicenses têm desenvolvido, ao longo da sua existência, uma intensa atividade no fomento da prática desportiva, prestando relevantes serviços aos jovens residentes em Vila Nova de Famalicão. _____

Trata-se, também, de uma função social, visto acolherem milhares de jovens em várias modalidades que, desde muito novos, se dedicam à prática desportiva, contribuindo para a sua formação física e mental, e ocupando de forma salutar os seus tempos livres. ____

A modalidade de futebol é uma das que mais aficionados e praticantes congrega, estando fortemente presente no nosso concelho pela existência de atividade organizada em todas as freguesias famalicenses. _____

Considerando que as coletividades têm uma participação relevante no processo de formação integral dos Jovens, considera-se imperativo o apoio financeiro à sua atividade, especialmente em matéria de formação desportiva e apoio aos escalões jovens, garantindo, assim, o apoio indispensável ao desenvolvimento e oferta de condições de prática desportiva de qualidade. _____

Assim, pretende o Município concretizar a atribuição de apoios financeiros para a área do desenvolvimento de atividades e formação desportiva na modalidade de Futebol 5, 7, 9 e 11, ao G. D. de Fradelos, Ruivanense Atlético Clube e Grupo Recreativo de Avidos e Lagoa, clubes que promovem a formação desportiva e atividade devidamente inscrita junto da Associação de Futebol de Braga, considerado ainda, o facto de cada escalão de formação contar com o seu corpo técnico próprio devidamente habilitado e garantirem aos seus atletas o necessário e permanente acompanhamento médico de carácter desportivo. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva, devidamente comunicada às respetivas entidades desportivas, e atenta a competência prevista na alínea o e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou entidades desportivas (alínea a), do nº 2,

do artigo 69.º e nº 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades e formação desportiva para a época de 2019-2020 às seguintes associações desportivas: _____

1.1. Grupo Desportivo de Fradelos, NIF 502 090 510, no montante de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros); _____

1.2. Grupo Recreativo de Avidos e Lagoa, NIF: 501 547 614, um apoio financeiro, no montante de 1.950,00€ (mil novecentos e cinquenta euros); _____

1.3. Ruivanense Atlético Clube, NIF 502 867 949, no montante de 6.250,00€ (seis mil duzentos e cinquenta euros). _____

2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição de apoio financeiro, em anexo à proposta. _____

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 1279, 1282 e 1283/2019, efetuados com base nos cabimentos nºs 1776, 1777 e 1779/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

AMBIENTE: _____

1 - “ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TARIFA DE LIGAÇÃO DE ÁGUA A VÁRIOS MUNÍCIPIES DO CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“Nos termos do artigo 63º. do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, a Câmara Municipal, em condições especiais, justificadas caso a caso, poderá conceder a isenção do pagamento das tarifas de ligação às redes públicas. _____

Assim, e para o efeito, a Divisão de Solidariedade Social endereçou os seguintes pedidos à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, para atribuir a isenção de pagamento da tarifa de ligação de água, aos seguintes municípios, por se tratarem de situações de carência económica, conforme se comprova pelas informações sociais prestadas e cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido. _____

Os municípios indicados pela Divisão de Solidariedade Social, para ser concedida a isenção de pagamento da tarifa de ligação de água, identificados abaixo, pelo Número de Identificação Fiscal (NIF), e respetivo Código de Identificação de Local (CIL), de abastecimento de água. _____

- Ao portador do NIF: 147 065 836, com o CIL nº 300448, sito na União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei; _____

- Ao portador do NIF: 184 836 670, com o CIL nº 758954, sito na Freguesia de Requião;

- Ao portador do NIF: 157 538 400, com o CIL nº 524602, sito na União de Freguesias de Antas e Abade Vermoim; _____

Os municípios acima referidos têm a sua situação regularizada junto deste município, não possuindo qualquer dívida. _____

Face ao exposto, propõe-se que esta Câmara Municipal delibere: _____

Autorizar a concessão da isenção de pagamento da tarifa de ligação de água, aos municípios melhor identificados no corpo da presente proposta, de acordo com o previsto

no Artigo 63º. do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “REDUÇÃO EXCECIONAL DA TARIFA DE ÁGUA A VÁRIOS MUNÍCIPES DO CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“Nos termos do n.º 6 do artigo 36º. do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, a Câmara Municipal, em caso de comprovada debilidade económica dos consumidores de tipo doméstico, poderá excecionalmente e mediante requerimento dos interessados, autorizar a redução do valor de uma ou mais tarifas. _____

Assim, e para o efeito, a Divisão de Solidariedade Social endereçou vários pedidos à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, a requerer a redução excecional da tarifa de água, a vários munícipes, por se tratarem de situações de carência económica, conforme se comprova pelas informações sociais prestadas e cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido. _____

Os munícipes indicados pela Divisão de Solidariedade Social, para ser concedida a redução excecional da tarifa de água são identificados abaixo, pelo Número de Identificação Fiscal (NIF), e respetivo Código de Identificação de Local (CIL) de abastecimento de água. _____

- Ao portador do NIF: 199 539 120, com o CIL nº 481150, sito na União de Freguesias de Famalicão e Calendário; _____

- Ao portador do NIF: 184 836 670, com o CIL nº 758954, sito na Freguesia de Requião;
- Ao portador do NIF: 157 538 400, com o CIL nº 524602, sito na União de Freguesias de Antas e Abade Vermoim; _____
- Ao portador do NIF: 158 618 831, com o CIL nº 505054, sito na Freguesia de Delães;
- Ao portador do NIF: 147 065 836, com o CIL nº 300448, sito na União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei; _____
- Ao portador do NIF: 158 707 494, com o CIL nº 400768, sito na Freguesia de Riba de Ave; _____
- Ao portador do NIF: 156 080 494, com o CIL nº 280727, sito na Freguesia de Lousado;
- Ao portador do NIF: 155 982 396, com o CIL nº 526719, sito na Freguesia de Landim;
- Ao portador do NIF: 150 906 846, com o CIL nº 26242, sito na União de Freguesias de Famalicão e Calendário; _____

Face ao exposto, propõe-se que esta Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a redução excecional da tarifa de água, pelo período único de um ano, podendo estas situações ser revistas e/ou revogadas no caso de alteração dos pressupostos, aos munícipes melhor identificados no corpo da presente proposta, de acordo com o previsto no Artigo 36º. do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais. _____

2. Cobrar a estes munícipes a tarifa aplicada às instituições de solidariedade social.” ____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.**_____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

EMPREENDEADORISMO:_____

1 - “BOLSA DE PERITOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS” _____

Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Os Municípios são pessoas coletivas territoriais que têm por objetivo a prossecução dos interesses das populações respetivas, conforme preceituado na Constituição da República Portuguesa e como decorre dos demais normativos legais que enquadram a atividade dos poderes públicos; _____

Os Municípios dispõem de atribuições gerais de “promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações”, nomeadamente no domínio da promoção do desenvolvimento económico - Cfr. n.º 1 e alínea m), do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor. _____

A competitividade das empresas é fundamental para o desenvolvimento harmonioso e sustentável do concelho; _____

O Município de Vila Nova de Famalicão tem como prioridade a criação de condições que favoreçam a atratividade de investimento e de apoio ao empreendedorismo, produzindo um ambiente favorável ao surgimento de projetos e iniciativas de excelência, contribuindo deste modo para a geração de riqueza e a criação de emprego; _____

O Programa Famalicão Made IN apresenta um conjunto de medidas e ações, tendo como objetivos: (1) valorizar e promover a identidade empreendedora do concelho; (2) captar novos investimentos; e (3) apoiar os agentes económicos no desenvolvimento dos seus projetos empresariais; _____

No Gabinete de Apoio ao Empreendedor do Famalicão Made IN são acolhidos e acompanhados diversos cidadãos com ideias de criação de negócios, que merecem um processo de acompanhamento, teste e validação antes da criação das correspondentes

empresas, sendo que, nesta fase, são requeridas diversas competências, nomeadamente nos domínios da economia e do marketing; _____

Considerando ainda: _____

Que a Câmara Municipal, em 12 de julho de 2018, deliberou aprovar as Normas Internas da Bolsa de Peritos para Apoio ao Desenvolvimento de Negócios - Programa Famalicão Made IN, que estabelece um conjunto de procedimentos internos que regulam a criação, funcionamento e gestão de uma Bolsa de Peritos ao serviço das medidas de apoio ao desenvolvimento de negócios promovidas pelo Gabinete de Apoio ao Empreendedor do Famalicão Made IN; _____

Que manifestaram interesse em cooperar com a autarquia na prossecução da Bolsa de Peritos para Apoio ao Desenvolvimento de Negócios, a Ordem dos Economistas e a Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing, com a intenção de capacitar os empreendedores em competências nas áreas da economia e do marketing, respetivamente, consideradas estratégicas ao sucesso do negócio; _____

O disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Autorizar a celebração de Protocolos de Cooperação com a Ordem dos Economistas e a Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing, conforme minutas de protocolo que se anexam e fazem parte integrante da proposta (anexos 1 e 2); _____

2 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar e assinar os referidos protocolos.” _____

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE AS SENHORAS VEREADORAS ELEITAS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, eram onze horas e vinte e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino juntamente com o senhor Presidente. _____